



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ACTA N.º **02-A/2005**

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2005
INICIADA ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 17 HORAS e 25 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL.
- ABERTURA.....	02
- ANTES DA ORDEM DO DIA.....	05
- ORDEM DO DIA.....	08
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	14
- ENCERRAMENTO.....	14

ACTA N.º 02-A/2005**ABERTURA**

Aos vinte cinco dias do mês de Novembro de dois mil e cinco, nas instalações da Assembleia Municipal sitas na Rua Conde da Ericeira, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Ex.mo Senhor **Victor Manuel Garcia Rebordão** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA****2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- 2.1** - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2** - Proposta de Suspensão Parcial do Plano Director Municipal;
- 2.3** - Conselho de Administração dos SMAS – Fixação do número de Membros e Remuneração;
- 2.4** - Aprovação da 2.^a Revisão do Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento de 2005, dos SMAS;
- 2.5** - Eleição de um Representante dos Presidentes de Junta de Freguesia para o Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- 2.6** - Alteração dos Estatutos da SRU – Nova Covilhã.

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respectivamente Senhores Carlos Alberto Matos Mendes e Dr. José Curto Pereirinha. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: **Dr. Carlos Manuel Esteves de Sousa, Dr. Sérgio Gaspar Saraiva, Prof. Bernardino Gata da Silva, Dra. Maria de Fátima Teresa Paiva, Dr. Carlos Alberto Gil Ferreira, Dra. Maria da Ascensão Albuquerque Amaral Figueiredo Simões, Dr. Domingos Sousa Beato, Abel Fernando Pereira Cardoso, João Manuel Pinto, Dr. José Curto Pereirinha, Dra. Telma Catarina Dias Madaleno, Dr. Jorge Manuel Roque Batista Fael, João Manuel Barqueiro Lanzinha, Pedro Nuno Cunha Leitão, Dr. Ricardo Emanuel Proença Abreu, Dr. José Simões Soares, José Manuel dos Santos Santarém, José Marques Pereira Martins, Dr. José Serra dos Reis, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Prof. José Flávio Martins, Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dra. Maria Filomena Palma Cordeiro Pires Figueiredo Gomes, Isilda da Silva Barata, Eng.º Francisco José Puebla Simões, Dr. Carlos José Jesus Duarte Mineiro, Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro, Luís Filipe de Matos Pais e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, João Luís Martins Gomes de Aldeia de Souto, Jerónimo Carvalho Barata do Barco, Prof. José Joaquim Pinto de Almeida de Boidobra, José Manuel Escodenga Nunes do Canhoso, José Martins Carrola de Cantar - Galo, António Geraldês Ramos de Casegas, Paulo Jorge Alves Rodrigues de Cortes do Meio, Carlos Francisco da Coutada, António Manuel Garcia Rebordão de Santa Maria, Dr. Victor Manuel Tomás Ferreira de São Martinho, Victor Manuel Garcia Rebordão de São Pedro, José Duarte Minhoto do Dominguiso, Enf. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais do Ferro, António Canário Marques da Silva de Orjais, Joaquim Carvalheiro dos Santos do Ourondo, Leonor Cristina Adriano Lopes Cipriano do Paul, José do Nascimento Curto Costa de Peraboa, Fernando José Gonçalves Casteleira do Peso, Fausto Herculano Branco Baptista de S. Jorge da Beira, José Rafael Lourenço Ferreira do Sarzedo, Dr. Jorge Manuel da Cruz Ramos Silva de Sobral de S. Miguel, Carlos Alberto Matos Mendes do Teixoso, Dr. David José Carriço Raposo da Silva do Tortosendo, Luís Filipe Fabião Pessoa de Unhais da Serra, Arménio Marques Matias de Vale Formoso, João Casteleira Ferreira de Vales do Rio, Armindo Fonseca Geraldês Rosa de Verdelhos e Júlio Morgado Durão Gomes de Vila do Carvalho. -**

Não compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Dra. Maria do Rosário Figueiredo Gomes de Brito, Prof. Doutor João Carlos Ferreira Correia, Dr. Rui António Nabais Cordeiro Lourenço, Dr. João Rosa de Almeida, José Luís Antunes Campos de Aldeia de S. Francisco de Assis, Carlos do Carmo Martins da Conceição e Enf. António Mendes Paulo da Erada.** -----

Verificada a existência de “quorum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente sessão.** -----

PRESENCAS DA CÂMARA

--- Estiveram presentes o Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira, Eng.º Victor Manuel Abrantes Marques, Prof. Joaquim António Matias, Dr. Luís Miguel Fonseca do Nascimento, Prof. João Manuel Proença Esgalhado e a funcionária que apoia a Assembleia Municipal, Chefe de Secção Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

--- O Senhor Presidente em Exercício informou, a Assembleia Municipal, do estado de saúde do seu Presidente, Senhor Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira, e propôs um voto de rápido restabelecimento, foi o mesmo **aprovado por unanimidade**. -----

EXPEDIENTE

- Ofício do Senhor Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira, Presidente Eleito da Assembleia Municipal, a informar que na impossibilidade de estar presente na primeira Sessão, quer apresentar cumprimentos e desejar que os trabalhos decorram dentro da normalidade e que o espírito da Covilhã esteja sempre presente nas decisões a tomar;
- Ofício Circ. n.º 131/2005-AG da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, relativo à Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2006;
- Ofício Circ. n.º 137/2005-PB da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, convida para participar no Encontro Nacional de Eleitos Locais;
- Ofício Circ. n.º 142/2005 da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses a enviar cópia da “Declaração Final”, aprovada por aclamação no Encontro Nacional de Eleitos Locais.

--- De seguida, o Senhor Presidente em Exercício, informou que, foi presente à Mesa um Ofício do Senhor Vereador, Prof. Joaquim Matias, a solicitar a Eleição de um Representante dos Presidentes de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e propôs a sua inclusão no **ponto 2.5** da Ordem de Trabalhos.

Como ninguém se manifestou contra, passou a:

ORDEM DE TRABALHOS

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1 - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2 - Proposta de Suspensão Parcial do Plano Director Municipal;
- 2.3 - Conselho de Administração dos SMAS – Fixação do número de Membros e Remuneração;
- 2.4 - Aprovação da 2.ª Revisão do Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento de 2005, dos SMAS;
- 2.5 - Eleição de um Representante dos Presidentes de Junta de Freguesia para o Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses e para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- 2.6 - Alteração dos Estatutos da SRU – Nova Covilhã.

INTERVENÇÕES

--- O Senhor Prof. Bernardino Gata, referiu: “Queria, em nome da minha Bancada, subscrever o voto inicial de pronto restabelecimento do Senhor Presidente, desta Assembleia Municipal, Eleito, Dr. Carlos Abreu”.

De seguida, cumprimentou todos os Senhores Deputados Eleitos, destacando as Senhoras Dra. Ascensão Simões e Dra. Fátima Paiva e informou que: “É determinação da Bancada do PSD, colaborar em todos os trabalhos da Assembleia, para que obtenham o limite máximo de elevação porque, não trabalhamos para proveito de nós próprios, mas, vamos trabalhar para proveito da nossa Cidade e do nosso Concelho”.

Apresentou uma Moção referente ao Orçamento Geral de Estado para 2006 (**doc. 1**). ---

--- O Senhor Dr. Sérgio Saraiva, disse: “Uma palavra para desejar o rápido restabelecimento do Dr. Carlos Abreu e, que esteja rapidamente entre nós”.

De seguida fez uma Intervenção Política (**doc. 2**). -----

--- O Senhor Dr. Carlos Gil, apresentou uma Moção referente à Proposta do Orçamento de Estado 2006 (**doc. 3**). -----

--- O Senhor Presidente da Mesa, propôs que: “Uma vez que, embora com redacção diferente, as Moções têm o mesmo sentido, se não houver oposição, dos Senhores Deputados, iríamos vota-las em conjunto”. -----

--- Não havendo objecção, foram as Moções colocadas à votação, sendo **aprovadas por maioria, com 46 votos a favor e 10 abstenções**. -----

--- A Senhora D. Isilda Barata disse: “Nesta primeira Assembleia, desejo a todos as maiores felicidades, para um trabalho honesto e fecundo. Enfim, desejo a todos uma postura construtiva, num quadro de uma gestão participada.

Neste dia 25 de Novembro, não esqueço a data histórica para a Democracia Portuguesa, onde há trinta anos foi a Democracia definitivamente instalada no nosso País e, repostos os ideais do 25 de Abril de 74. Que alguns, aproveitando-se do momento um pouco confuso e usando da máxima “que não há construção sem destruição”, assim ia o nosso País, desejaram instalar uma ditadura pior que a derrubada em 25 de Abril de 74.

Se é verdade que a Covilhã, hoje é uma cidade onde dá gosto viver e, conheceu nos últimos anos grande crescimento, importa também devolver a esperança aos Covilhanenses e resolver os problemas sociais das famílias. É esse o desejo do meu partido, que aqui represento”.

De seguida, fez uma Recomendação à Câmara Municipal (**doc. 4**). -----

--- O Senhor Dr. Serra dos Reis, apresentou: requerimento para alteração ao Regimento Interno (**doc. 5**) e documento referente à Constituição de Agrupamento Político (**doc. 6**). De seguida disse: “A Covilhã, Excelências, merece ser um espaço de liberdade, de responsabilidade cidadã, e esperança para todos” (**doc. 7**). -----

--- O Senhor João Pinto, disse: “Um voto de melhoras para o nosso particular amigo, Dr. Carlos Abreu, que depressa regresse à Presidência desta Assembleia, que com grande isenção e competência tem dirigido”.

De seguida, fez uma Declaração Política (**doc. 8**). -----

--- O Senhor Dr. David Silva, fez uma Declaração Política (**doc. 9**). -----

--- O Senhor Prof. José Joaquim Pinto, disse: “No sentido de pedir ajuda à Câmara Municipal para que o Parque Multiusos da Boidobra retome as valências que vem tendo até hoje.

Senhor Presidente da Câmara, peço aqui, que diligencie no sentido de resolver o problema na origem e, também, proceder, ou mandar proceder, ou responsabilizar alguém para esse efeito, para que se possa continuar a utilizar aquele espaço”.

De seguida, perguntou, com o que é que pode contar para proceder à elaboração do um “Plano de Actividades coerente e consistente”. -----

--- O Senhor Eng.º Francisco Simões, regozijou-se com a Inauguração do Serra Shopping e disse: “O Caminho, da prosperidade e, do bem-estar das Populações e, algo ainda mais importante, a fórmula de saber fixar pessoas e atrair investimentos.

Sabemos que foi duro chegar a bom porto, sabemos que os caminhos, da burocracia do Poder Central, são duros de percorrer, mas também sabemos e reconhecemos que valeu a pena.

Obrigado aos, Jovens Empresários e Covilhanenses, que acreditaram neste projecto e, que continuam a acreditar que é bom viver na Covilhã, que na Covilhã se fazem coisas diferentes e, como dizia o anúncio publicitário, desta semana na televisão, “A Covilhã está na Moda”.

Bem-haja, Senhor Presidente e, a todos aqueles que participaram e colaboraram neste empreendimento, onde vingou o planeamento, a Organização, a qualidade, o timing de

execução e a arquitectura aliada ao ambiente. Que sirva de exemplo àqueles que estão nos gabinetes em Lisboa, que falam, falam, falam, falam e, não acreditam no Interior. A Covilhã não pode parar, a Covilhã não vai parar.” -----

ORDEM DE TRABALHOS

--- Submetida a Ordem de Trabalhos, à votação, foi a mesma ***aprovada por unanimidade***. -

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1- INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente um ofício do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, a informar foi dada continuação às acções objecto da última informação, que fica a fazer parte integrante da presente acta, ficando para os efeitos legais arquivada em pasta própria. --

--- O Senhor Dr. Jorge Fael, disse: “Eu, não vou propor uma romaria, no final desta Sessão, ao Serra Shopping. De certeza, que todos concordaremos que é um grande investimento”.

De seguida, colocou questões ao Senhor Presidente da Câmara Municipal:

- Requerimentos, feitos pela Bancada da CDU, que não obtiveram resposta, nomeadamente, “execução financeira da Câmara Municipal da Covilhã, sobre contractos pesados para a Autarquia, designadamente, a venda das rendas da habitação social à Banca, a privatização do saneamento e outros requerimentos sobre condições de vida dos Municípios neste Concelho”;
- Obras na Calçada Alta;
- A posição, do INH, relativamente as casas de habitação social no Tortosendo;
- “A dívida, da Câmara Municipal da Covilhã, à Associação de Municípios da Cova da Beira, no âmbito da deposição dos resíduos sólidos urbanos. Uma vez que, a Associação de Municípios, foi reconhecida parte legítima, relativamente à Câmara, para a cobrança da dívida que existe.

Recordo, até, que o Senhor Vice-Presidente, numa Sessão, da Câmara Municipal, está em acta, dizia em 2002, salvo erro, que essa dívida, iria ser rapidamente regularizada. Todos nos recordamos, mais uma vez, daquilo que soubemos, há meses atrás, relativamente a essa dívida, aos juros de mora pelo não reconhecimento, dessa dívida, por parte da Câmara. Embora, essa dívida, tenha vindo no Relatório e Contas. Na altura, o ainda, Vereador Luís Barreiros, foi questionado, sobre essa assunção na prática da dívida, mas não obtivemos resposta. Queria saber, de facto, em que ponto é que está, a dívida da Câmara à Associação de Municípios da Cova da Beira, se vamos esperar pelos Tribunais, se não vamos, como é que essa situação está?”

- A Câmara vai, ou não, cumprir o Estatuto do Direito de Oposição na elaboração do Plano e Orçamento? “Como sabe o Estatuto do Direito de Oposição não tem sido cumprido por V. Ex.a.” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara, respondeu às questões colocadas, dizendo:

- Quanto aos requerimentos: “Os documentos relativamente às rendas, por exemplo, vieram aqui, foi submetido todo o processo, não há outros documentos novos, sobre essa matéria!
Quanto às águas a mesma coisa. São matérias que foram aqui discutidas, exaustivamente, ninguém ficou com dúvidas.
Portanto, não sei a que documentos é que se refere. Terá sido, talvez, essa a razão porque, não havendo documentos novos, nada recebeu.
- Quanto à execução financeira, nós, temos dois momentos em que a discutimos. É, no momento da aprovação das contas, e naquilo que vai sendo a informação regular do Presidente da Câmara, nos termos da Lei e, em cada Assembleia Municipal Ordinária. Não temos capacidade logística para fornecer outro tipo de resposta que não seja esta. Contas anuais e, informação do Presidente, sempre que se entende que há matéria nova.
Nesta altura, a relação entre o Poder Local e o Poder Central, a execução financeira do ponto de vista de provisionamento da Tesouraria, como sabe, não é famosa, mas, em nenhum Município do País.
- Quanto ao INH, não sei qual é a questão que quer levantar, francamente. Toda a gente sabe, neste País, que depois de ter sido retirado, às Câmaras, a capacidade de endividamento o INH passou a assumir o pagamento das casas contratualizadas. A Câmara, passa a ser arrendatária dessas casas, é esse o estatuto em que estamos, em relação ao Tortosendo. Isto é, o Ministério das Finanças vai desbloquear um milhão e meio de contos, um dia destes, não sabemos quando, entregará o dinheiro ao INH. A Câmara tem as relações perfeitamente estabelecidas, paga uma renda ao INH, até que o Governo decida alterar as circunstâncias de financiamento e depois transmitir essa dívida à Câmara Municipal.
- Não sei se está preocupado com a vida da Associação de Municípios se é com a vida da Câmara, não percebi bem. Se o que o preocupa é a Câmara Municipal não liquidar uma dívida se é a Associação de Municípios não cobrar uma dívida. Se é uma preocupação da Câmara, devo dizer-lhe que nós estamos em contencioso. Isto é, nós dizemos e assumimos que temos uma dívida, que não é, nominalmente, aquela que a Associação de Municípios diz que é, é diferente, e a Associação Municípios, não reconhece uma dívida, que nós dizemos que tem, por não liquidação de responsabilidades que vêm já de 1994, por rendas que nunca pagou.
A leitura que se pretendeu fazer de condenações da Câmara, foi para alimentar umas páginas de Jornais e a falta de material informativo que muitos Jornalistas têm e em que por vezes certas forças políticas embarcam. De modo que, estamos no plano de dizer, que reconhecemos uma parte da dívida, e não o todo, e que esperamos que, reconheçam os créditos que nós temos sobre a Associação de Municípios. Quando isto for assumido e o Senhor Presidente da Associação de Municípios, deixar de fazer disto uma espécie de contencioso público, e que o remeta para a negociação de Gabinete, que é aí que ele deve ser

resolvido, certamente que chegaremos a um acordo. Até lá, a matéria, está no plano jurídico e judicial que é aí que ele há-de ser resolvido.

- Deixe, pelo menos, que seja a Câmara a decidir quando é que há-de cumprir o Estatuto de Oposição. Chamando os Partidos, da Oposição, para no momento oportuno, podermos apresentar aquilo que são as nossas ideias sobre o Plano de Actividades e Orçamento para o próximo ano.

Sendo certo que, já vem de há muitos anos, a nossa discordância, em relação à interpretação, que o Partido Comunista Português faz, de que nós não devíamos votar o Plano e Orçamento sem primeiro o Partido Comunista Português se pronunciar. Nós, entendemos que não é esse o caminho adequado.

Questão diferente, é a prática, que temos seguido de, antes da Assembleia Municipal respectiva, chamarmos os Partidos, discutirmos aquilo que é o documento já constitutivo, da vontade Democrática da Câmara Municipal e, termos conhecimento da posição, dos Partidos da Oposição, e sobre eles elaborarmos um juízo relativamente ao documento que já está aprovado.

Os Senhores não fazem parte da Câmara Municipal da Covilhã, por vontade do Povo. Os Partidos, representados na Câmara Municipal da Covilhã, tiveram oportunidade de, já esta manhã, debater o Plano de Actividades e Orçamento e de o votar.

O Estatuto de Oposição, oportunamente, será cumprido, porque é matéria sobre a qual, já é do conhecimento do Partido Comunista Português e do Senhor Deputado Jorge Fael, não deixaremos de ter em consideração, não nos moldes que desejaria, seguramente, mas, naqueles que deve, também, aceitar. Constitui a visão interpretativa da própria força política que elegeu a Câmara Municipal, pelo menos na parte maioritária.

- Quanto à Calçada Alta, neste momento temos já praticamente concluído o processo de adjudicação do 1.º troço de alargamento da Calçada Alta.

A Câmara não ficou de braços cruzados e não foi fácil a negociação, no que está já acordado, quanto a um troço de muro com cerca de 50 metros e não é fácil relativamente ao outro, porque só a expropriação é que nos vai dar possibilidades de intervir. Estamos com a medida de fundo, que é essa que interessa, para que aquele problema não se ponha mais.

Como disse, e bem, nós tomamos as providencias que foi possível tomar, depois dos pareceres, do Departamento de Engenharia da Universidade da Beira Interior.

- Quanto ao Parque Multiusos, estão a ser tomadas as diligências necessárias para evitar o problema e a causa”. -----

2.2 – PROPOSTA DE SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 04 de Novembro de 2005, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea b), do n.º 2, do artigo 100.º, e n.º 2, do artigo 107º, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a alteração de redacção que lhe confere o Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, através do ofício n.º 10400 de 2005.11.08 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Membros: Senhor Pedro Leitão (**doc. 10**), Senhor Dr. Jorge Fael (**doc. 11**), Senhor Dr. Serra dos Reis (**doc. 12**), tendo de seguida o Senhor Presidente da Câmara Municipal prestado esclarecimentos. -

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Suspensão Parcial do Plano Director Municipal**, foi a mesma **aprovada por maioria com 50 votos a favor, 05 votos contra e 1 abstenção**. -----

- Foram feitas Declarações de Voto, pelos Membros:

- Senhor Pereira Martins, votou a favor (**doc. 13**). -----

- Senhora Dra. Telma Madaleno: “Eu venho só fazer uma declaração de voto por me ter abtido. Porque, todos os que conhecem as minhas intervenções no último mandato, e, os meus princípios são os mesmos, primo pela preservação do ambiente. No entanto, nunca nas minhas intervenções fui impeditiva do desenvolvimento da Região. Acho que é sempre possível um equilíbrio entre o ambiente e o desenvolvimento. Apenas porque não é possível votar individualmente cada uma das zonas e teremos que as votar na generalidade, por isso o meu sentido de abstenção.”-----

- Senhor Dr. Serra dos Reis, votou contra (**doc. 14**). -----

2.3 – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS SMAS – FIXAÇÃO DO NÚMERO DE MEMBROS E REMUNERAÇÃO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 11 de Novembro de 2005, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, conjugado com a alínea j) do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 10669 de 2005.11.21 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes: o Senhor Prof. Reis Silva (**doc. 15**) e o Senhor Presidente da Câmara Municipal, informando que a única inovação é a de admitir um Administrador a tempo inteiro. -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – **Conselho de Administração dos SMAS – Fixação do número de Membros e Remuneração**, foi a mesma **aprovada por maioria com 43 votos a favor, 04 votos contra e 9 abstenções**. -----

- Foi feita Declaração de Voto, pelo Membro Senhor Dr. Serra dos Reis, absteve-se (**doc. 16**). -----

2.4 – APROVAÇÃO DA 2.ª REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ORÇAMENTO DE 2005, DOS SMAS

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de Novembro de 2005, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, conjugado com a alínea b) do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 10668 de 2005.11.21 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes: o Senhor Dr. Jorge Fael que pediu esclarecimentos. O Senhor Presidente da Câmara Municipal, informou que esta revisão incide essencialmente na adequação de receitas e despesas não previstas no orçamento que está em vigor. -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Aprovação da 2.ª Revisão do Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento de 2005 dos SMAS***, foi a mesma ***aprovada por maioria com 44 votos a favor, 03 votos contra e 9 abstenções***. -----

- Foi feita Declaração de Voto, pelo Membro Senhor Dr. Serra dos Reis, absteve-se (***doc. 17***). -----

2.5 – ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA PARA O CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES E PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

--- Na sequência dos ofícios da Associação Nacional de Municípios Portugueses e do Senhor Vereador Prof. Joaquim Matias, foram presentes à Assembleia Municipal os assuntos acima identificados, que lhe foram remetidos para efeitos, respectivamente, do disposto no artigo 6.º, dos Estatutos da ANMP e da Lei n.º 14/04 de 8 de Maio. -----

- Estes documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente acta, ficam para todos os efeitos legais arquivados em pasta própria existente para o efeito. ---

--- Foi presente à Mesa, uma proposta, pelo Grupo Parlamentar do PSD, a indicar os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de S. Jorge da Beira e de Cortes do Meio (***doc. 18***). -----

--- Colocada a proposta à votação – ***o Senhor Fausto Herculano Branco Baptista, S. Jorge da Beira, para a Associação Nacional de Municípios Portugueses e o Senhor Paulo Jorge Alves Rodrigues, Cortes do Meio, para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios***, foi a mesma ***aprovada por unanimidade***. -----

2.6 – ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA SRU – NOVA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de Novembro de 2005, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, conjugado com a alínea l) do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 10667 de 2005.11.21 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, não houve intervenientes. -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Alteração dos Estatutos da SRU – Nova Covilhã***, foi a mesma ***aprovada por maioria com 51 votos a favor e 5 abstenções***. -----

- Foi feita Declaração de Voto, pelo Membro Senhor Dr. Serra dos Reis, absteve-se (***doc. 18***). -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Não houve solicitações, por parte, dos Cidadãos para intervirem. -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram dezassete horas e vinte cinco minutos, da qual se lavrou a presente acta que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

A Chefe de Secção,